

Centrais enviam suas reivindicações a Sarney

Uma pauta unitária de reivindicações dos trabalhadores foi encaminhada ao presidente Sarney, via ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, pelas três centrais sindicais do País (CUT, CGT e USI), nove das principais federações trabalhistas e ainda professores e profissionais liberais, que também criticam a política econômica, "voltada tão-somente aos interesses do grande capital". Enquanto isso, o economista Walter Barelli, diretor do Dieese, afirmava ontem em Brasília que "nos últimos dias uma série de notícias demonstra que está em gestação um novo pacote econômico" mas "a variável que ficou sem consideração é a que interessa à maioria da população, ou seja, os salários".

A pauta unitária dos trabalhadores tem, entre outras, as seguintes reivindicações: **econômicas** — reajuste geral dos salários para garantir a reposição das perdas a partir da última data-base anterior ao Plano Cruzado; reajuste mensal para os salários, pensões e aposentadorias com base na inflação real; reajuste dos proventos de aposentados e pensionistas, para recuperação do nível de 1979; estabelecimento de um índice real nacional da inflação, elaborado com participação do Dieese; salário mínimo real, de acordo com o Dieese; congelamento real dos preços de gêneros de primeira necessidade e tarifas públicas, com tabelamento dos aluguéis e garantia de abastecimento; reforma agrária com participação e sob controle dos trabalhadores; preservação das estatais, contra a privatização e as distorções; fim da especulação financeira; fim imediato da sangria provocada pela dívida externa; **sociais** — garantia e estabilidade no emprego; jornada máxima de trabalho de 40 horas; ensino em todos os níveis, e serviços de saúde, públicos e gratuitos, para todos; fim da locação de mão-de-obra e do trabalho temporário; manutenção das aposentadorias por tempo de serviço independente do limite de idade; **políticas** — liberdade e autonomia sindicais; fim da Lei de Segurança Nacional, lei de greve, decretos-leis e das medidas de emergência; acesso do movimento sindical, de forma gratuita, aos meios de comunicação de massa, durante todo o funcionamento do Congresso Constituinte.